

O DESENHO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO¹

1 INTRODUÇÃO

O presente aborda uma breve discussão sobre os aspectos teóricos e conceituais referente ao tema da participação social, contemplado sob o olhar do planejamento urbano e da gestão democrática das cidades. Tal tema leva em consideração processos e práticas de diálogo e envolvimento comunitário, através de estudos teóricos que veem o desenho participativo como ferramenta chave para a melhoria da cidade contemporânea.

Desenhar o espaço urbano é uma das competências de maior responsabilidade e importância do Arquiteto Urbanista. O domínio da técnica de projeto representa uma parcela importante no processo de mudança do que entendemos como

espaço. Os estudos no campo do urbanismo apontam que essa mudança deve ocorrer em diversas esferas, não somente no espaço físico. É importante, então, que o estudante e o profissional de projeto tenham essa consciência, de forma que sua atuação reflita na sociedade de forma positiva e traga melhorias concretas para a comunidade que vive nesse espaço. Para isso, é necessário um trabalho multidisciplinar e o conhecimento coletivo, inseridos em um contexto onde não só o arquiteto urbanista é capaz de mudar a realidade com a ferramenta criativa do projeto, mas também os demais saberes envolvidos (técnicos ou populares). Por isso, o Desenho Participativo, entendido como o ato de projetar coletivamente, torna-se o protagonista dentro dessa questão.

A participação social é assim muito importante para a democratização do espaço urbano. Democracia não acontece apenas no campo político (poderes executivo e legislativo) ou técnico (administração pública); passa pelo cotidiano e o conhecimento intrínseco a ele, que pode e deve influenciar as decisões coletivas, em especial, àquelas capitaneadas pelos gestores públicos. Em projeto urbano, a democracia acontece no processo de desenho, analisando e incorporando pensamentos e soluções aplicadas empiricamente pelos próprios usuários, vistos agora não

1- Esse artigo é parte da fundamentação teórica do Trabalho de Conclusão de Curso do estudante de graduação Carlos Eduardo Freitas de Meneses, em desenvolvimento no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário 7 de Setembro, desenvolvido sob orientação e parceria com o prof. André Araújo Almeida.

2- Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7), estagiário no Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), Cadumns@gmail.com.

3- Arquiteto pela Politecnico di Torino (Turim, Itália); Arquiteto Urbanista pela Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Brasil); Especialista em Gestão de Negócios Imobiliários pela Universidade de Fortaleza (Fortaleza, Brasil) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, Brasil). Professor universitário no Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) e na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

mais como meros beneficiários de tais projetos, mas como verdadeiros agentes, atuantes quanto às decisões projetuais. É o cidadão quem deve ser o foco, já que são estes quem melhor compreendem as questões mais delicadas das dinâmicas urbanas presentes, e que muitas vezes passam despercebidas pelos corpos técnicos e pelos agentes públicos. Isso reflete positivamente na maneira em que essas pessoas se relacionam com o espaço e conseqüentemente na vida em comunidade, enriquecendo as relações sociais existentes, ampliando o senso de pertencimento e valorizando o conhecimento bem como o trabalho coletivo e multidisciplinar, com o envolvimento de todos os agentes responsáveis. Aumentam-se as chances de real mudança social da realidade, tornando-a ativa, dinâmica e integrada.

2 O QUE É PARTICIPAÇÃO E O QUE É PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS URBANOS?

A pesquisadora italiana Marianella Sclavi (et al 2002, p. 08), nos ajuda a compreender que, “[...] a ideia de uma administração pública (a partir de agora, AP) que envolve os habitantes no planejamento dos espaços urbanos em que residem e/ou trabalham é efetivamente alheia à tradição cultural e política italiana.”⁴ É com esta afirmação da autora que observamos semelhanças com a realidade brasileira, onde pouco ou nada existe referente à participação social na nossa cultura política. Esse é o ponto referencial deste trabalho.

Na Itália, essa discussão em prol do Desenho Participativo se inicia no começo do século XXI (SCLARI, et al, 2002) enquanto que no Brasil, no final da década de 1990 já existem registros de uma preocupação com o tema. A realidade brasileira aparentava, portanto, mais promissora. Essa discussão foi abordada pela ONU na Conferência

Habitat II (em Istambul, 1996), um dos marcos internacionais de valorização dos métodos de participação social, e registrada a experiência brasileira em um livro que nos mostra o papel da sociedade diante dos Planos e dos Projetos Urbanos de Interesse Social. Organizado por Nabil Bonduki (1996). A obra compila reflexões e críticas sobre vários aspectos de abordagem à participação da sociedade em projetos e planos urbanísticos nas cidades brasileiras

Segundo os registros presentes nessa obra (BONDUKI, 1996), podemos perceber uma mudança significativa em torno desse assunto no Brasil, quando o Terceiro Setor passa a aplicar métodos de participação em plena consonância com as ideias mais avançadas de democracia. Como previa a Constituição de 1988, a participação popular já era uma realidade colocada como instrumento de consolidação do Estado Democrático de Direito, através da ideia de democracia não apenas representativa, mas também participativa.

Esse conceito de democracia participativa deve ser incorporado não apenas por organizações não-governamentais, mas também por gestores e seus respectivos atos decisórios no exercício dos seus poderes como agentes públicos. Nesse sentido, a participação ganha força, de modo que a sociedade não precisa se restringir apenas à escolha dos seus gestores, mas desenvolver métodos que proporcionem o pleno exercício da cidadania. No campo gestão pública, a população pode assumir um papel mais ativo na definição dos planos, orçamentos, projetos e demais estratégias de governo. Esses métodos devem ser incorporados ao processo de condução do desenvolvimento das cidades, garantindo assim acesso à diversos serviços e direitos de forma mais justa.

O fato é que a sociedade brasileira tem a garantia constitucional à sua fiel participação. No campo da política urbana, a Constituição também define, em seu artigo 182, a obrigatoriedade de elaboração e execução de Plano Diretor para municípios

4- “L’idea di una pubblica amministrazione (d’ora in poi PA) che coinvolge gli abitanti nella progettazione degli spazi urbani in cui risiedono e/o lavorano è effettivamente estranea alla tradizione culturale e politica italiana.” (Tradução nossa.)

com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes. Esse é o instrumento básico da política urbana, que garante à sociedade o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, como garantir o acesso à terra urbanizada, a segurança e bem-estar, com direito à moradia, à infraestrutura e ao saneamento básico, ao lazer e ao convívio comunitário. Essa política, pelos benefícios que traz à vida em sociedade, deve sem dúvida ser construída de forma coletiva (ASCHER, 2010).

A política urbana nacional consolida-se em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), lei, em seu art. 2º, reforça a necessidade do cumprimento de dois conceitos: gestão democrática e participativa; e cumprimento da função social da propriedade urbana.

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (FIORILLO, 2012, p. 60)

Sendo assim, a participação da população deve ser incluída em todas as ações que promovam o ordenamento e o desenvolvimento urbano, desde o início do processo de planejamento até o seu resultado final, completando-se na elaboração e implementação dos instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados. Essa participação em projetos e planos urbanísticos se dá através da inserção de pontos de vista diversos, com destaque ao dos agentes sociais e usuários dos espaços no qual se pretende intervir. Esses olhares somam-se aos dos técnicos e demais agentes públicos.

O processo do **Projeto Participativo** é visto como promissor em diversas áreas do conhe-

cimento, mais precisamente na área do planejamento e da gestão pública, que caracterizam seu significado a decisões em conjunto. Quanto a isso, Lana (2007) nos atenta para a seguinte questão:

No processo participativo, o usuário possui um papel ativo durante a elaboração do projeto. Não é apenas o fornecedor do programa de necessidades a ser atendido ou mero provedor dos recursos da obra. Não se trata de uma coautoria do projeto, mas de uma participação presente ao longo de todo o desenvolvimento do mesmo. (LANA, 2007, p.28).

A autora nos mostra que no processo participativo, o usuário do espaço, além de contribuir com a identificação e compreensão das demandas, expressa em parte pelos programas de necessidades, é também condutor do processo junto com arquitetos urbanistas e demais profissionais responsáveis. Nessa condução, tem um papel fundamental nas definições ligadas ao desenho urbano.

O projeto arquitetônico / urbanístico convencional diferencia-se, pois, do projeto arquitetônico / urbanístico participativo. No convencional o arquiteto e urbanista fica responsável por todo o seu desenho e planejamento, considerando inúmeras variáveis, estudos empíricos e técnicos, e demandas do cliente, aliados ao seu conhecimento curricular, que define as decisões projetuais. Já no projeto participativo, os poderes de decisão são divididos entre o usuário e o projetista, onde a metodologia de participação definida é conduzida pelo arquiteto como autor e responsável técnico pelo projeto, mas influenciada diretamente pelo usuário.

A discussão em prol da Participação é longa, e portanto, necessária. Maricato (1996) nos fala que é relevante e profundo em vários aspectos, pois segundo a autora, a Participação é:

Sem dúvida, o maior antídoto contra os desvios apontados. A participação da população no orçamento municipal, nos planos locais, ou até mesmo no projeto e na gestão dos recursos de sua futura

casa, é a alternativa mais ética, mais solidária e também mais sustentável pelos seus efeitos ambientais sinérgicos. Do ponto de vista econômico, garante-se a eficácia na aplicação dos recursos e sua fiscalização. (MARICATO, 1996, p.41)

Sendo assim, o papel dos arquitetos e urbanistas, junto com a sociedade e os gestores públicos, está em dissolver esse assunto de forma eficaz, por ser uma questão que perpassa muitos valores relacionados ao bem coletivo, ao tratar de aspectos ambientais, econômicos e sociais. O que justifica o fato da nossa formação está intimamente voltada a práticas sociais.

Bonduki (1996) nos faz compreender o quanto o processo participativo é importante, sendo ele uma questão de necessidade e não apenas uma solução temporal.

A partir de um trabalho participativo, articulado com vários atores da cidade, com delegação de poder e de responsabilidade à entidade comunitária, é possível não só produzir socialmente a cidade, mas também plantar a semente de um modelo de economia social e de gestão alternativa. (BONDUKI, 1996, p. 237).

Sendo assim, nos é compreendido que, a gestão da cidade não deve ser produzida somente por aqueles que detêm do conhecimento técnico e da administração pública, mas para que este processo de desenvolvimento comunitário seja garantido de forma efetiva, é preciso garantir a continuidade dessa produção, para que a comunidade não perca seus valores e costumes, fomentando assim, a cultura e a construção de um modelo que garanta benefícios atuais e a gerações futuras.

Ao longo desse período, observamos as importantes inclusões dos métodos participativos nas grandes cidades. Fato é, que o discurso da participação social em prol dos desenvolvimentos das cidades, surgem a partir do final século XX (SCLAVI, 1996), onde estes teóricos já estariam se pre-

ocupando com um assunto de tal relevância, porém carente de métodos eficazes, mas com boas intenções e ações que nos fazem acreditar que é possível ser articulado e incorporado aos planejamentos projetos e planos urbanos.

A eficácia desse modelo de gestão, bem como as propostas aqui já apresentadas nos garante que é possível reverter a dinâmica da desigualdade social, que segundo Maricato (1996) nos revela que:

Elas foram extraídas de um grande número de documentos e plataformas das entidades que há mais de duas décadas alertam os governos e a sociedade brasileira para a necessidade de ação planejada e democrática sobre as cidades. (MARICATO, 1996, p.41).

Sendo assim, nos é compreendido que, as ações que vêm sendo aplicadas durante as últimas décadas necessitam ser continuadas, para garantir o longo caminho do processo democrático e da participação social que devemos construir juntamente aos planejamentos, projetos e planos urbanos das grandes cidades.

Considerando a participação como método decisório nas tomadas de decisões das cidades, cabe neste momento nos debruçar sobre dois modelos de gestão das cidades utilizados no Brasil, apontadas por Bonduki (1996): o primeiro como, Central Desenvolvimentista e o segundo, Ambiental Participativa.

O modelo Central Desenvolvimentista teve seu início no Estado Novo, período em que o Brasil foi governado ditatorialmente por Getúlio Vargas (1937-1945) e que teve sua consolidação no período do regime militar (1964-1985). Nesse período, observa-se a ausência da sociedade nas ações governamentais e que se determinava em suas principais medidas o autoritarismo e a centralização da gestão.

Sem se preocupar em construir propostas num processo de debate com a sociedade, as intervenções governamentais urbanas no central-desen-

volvimentista se caracterizam pelo autoritarismo e centralização da gestão, ausência de participação - em qualquer nível - dos usuários e a da sociedade em geral, desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural numa lógica em que predominou o mito da modernidade como sinônimo da transformação urbana sem compromissos com o ambiente e os valores culturais, a desarticulação das políticas setoriais, a propriedade do transporte individual e a implementação de obras muitas vezes desnecessárias, apenas como pretexto para canalizar recursos para empreiteiras que, por sua vez, se encarregariam de gerar os empregos necessários para manter as crescentes levas de migrantes que chegavam nas cidades. (BONDUKI, 1996, p. 261).

Como podemos observar, o modelo Central Desenvolvimentista conforme o autor nos apresenta, é caracterizado por uma situação não democrática, onde as decisões são claramente introduzidas por um poder autoritário, conduzidas de cima pra baixo, sem pensamentos em torno da equidade social e nenhum tipo de participação.

Dentro dessa lógica, a cidade foi se configurando de forma desigual, feitos que até hoje podemos observar diante dos processos de segregação urbana enraizados das nossas grandes cidades. Conduzindo assim para um momento de grande catástrofe ambiental e de desvalorização do patrimônio cultural edificado, deixando para trás um grande legado dos costumes e da tradição brasileira, pondo em risco a vida de inúmeras pessoas.

Já o modelo Ambiental Participativo, que ao longo dos anos 1980, começa a ganhar força e espalhar movimentos inovadores de oposição ao regimento autoritário, surgem críticas à gestão Central Desenvolvimentista com novas propostas e ideias alicerçadas a pensamentos progressistas dentro do campo dos novos movimentos populares e sociais, ainda engatinhando, mas com grande força de vontade.

Neste debate, ganharam ênfase a questão da parti-

cipação comunitária e o respeito ao meio ambiente - como elementos balizadores do desenvolvimento a qualquer custo que predominava anteriormente -, a necessidade de enfrentar o desafio da cidade real, o desenvolvimento de novas formas de gestão dos empreendimentos habitacionais, como a autogestão e a cogestão, incorporando a parceria com organizações não-governamentais e a priorização do transporte coletivo. (BONDUKI, 1996, p.263).

Dentro deste processo de oposição ao modelo Central Desenvolvimentista observa-se a vez da participação, como visto acima, que apesar de ser o começo do mesmo processo, era de se entender, que surgiriam ainda futuramente várias experiências inovadoras, pois o modelo entendido como Ambiental Participativo era de caráter promissor, ainda mesmo que sendo um movimento de oposição à atual gestão.

O fator cultural alicerçado à falta de comprometimento de agentes responsáveis aos planejamentos urbanos, não estabelecem meios que favoreçam uma verdadeira troca de relações e situações onde a participação dos usuários (comunidade e agentes sociais) seja sempre de forma cada vez mais participativa, inclusiva e transparente. Do contrário, acredita-se num discurso teórico com base aos saberes populares, que descentralizam essas ideias que são praticamente impostas e levadas sem as considerações dos seus usuários. Não só o campo teórico deve aplicar suas contribuições no decorrente discurso, mas que a prática, bem como o conjunto entre o corpo técnico público e os movimentos sociais e a sociedade, seja capaz de mudar este cenário, onde os verdadeiros protagonistas dessa relação entre os agentes produtores do espaço: os usuários (comunidade e agentes sociais) e corpo técnico público, se entrelaçam e conduzam para um encontro de ideias que beneficiem ambos os lados.

3 QUAIS OS PROCEDIMENTOS E AS ETAPAS PARA A COMPREENSÃO DO DESENHO PARTICIPATIVO? UMA POSSÍVEL METODOLOGIA

Há de se compreender que não existe uma metodologia exata sobre os métodos participativos registrados até o momento, pois, como pode-se observar, ao se tratar de um “gerenciamento”, tendo em vista um universo de opiniões, onde existem bastante divergências de “interesses” e razões, pelas quais, o intuito de desenvolver esses procedimentos esteja relacionado a cada situação e não a de um modelo específico. Considera-se a singularidade de cada caso, que precisa ser levado em questão todas as particularidades dos usuários da região, das situações, os seus problemas e potencialidades. Sendo assim, o que irá contribuir para a compreensão da metodologia, será o Diagnóstico Participativo de cada uma dessas áreas específicas.

O Processo Participativo se dá pela coleta de dados - Diagnóstico Participativo - que resulta na sinalização dos princípios, objetivos e diretrizes que poderão ser executadas pelo desenho participativo. O desenho participativo nos estimula a sermos influenciados pelos outros na hora de elaborar e sinalizar as demandas projetuais. Sendo assim, o Processo Participativo influencia no Desenho a entender que o Arquiteto e Urbanista não toma as decisões projetuais sozinho, outras pessoas o influenciam, descentralizando ideias e concepções, visto que o diagnóstico que irá estabelecer o desenho está intimamente ligado à vivência do usuário daquele espaço.

É preciso entender também que além das divergências de opiniões da população no processo participativo, a vontade de construir uma democratização nas tomadas de decisões deve partir não só de uma condução política e corpo técnico público. Mas também, entender que ao incorporar a participação nos processos de planos, projetos e planejamentos urbanos, deve-se atentar ao fato das diferentes camadas sociais existentes

na sociedade. Onde as decisões são muitas vezes influenciadas por representantes de maior poder econômico.

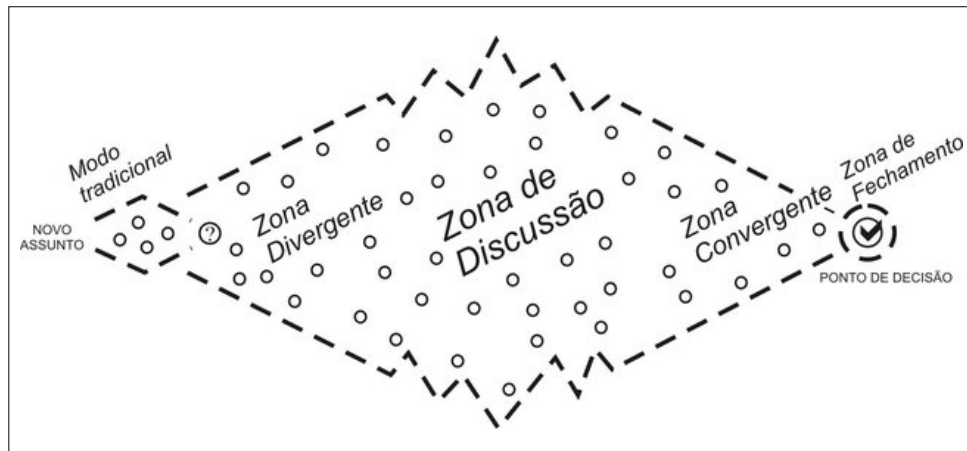
Entretanto, devemos nos atentar para esta formação da sociedade com raízes autoritárias e paternalista, que são entraves para a democratização, como nos mostra Nunes (1999):

Uma pedagogia da participação vai exigir um esforço de profissionais comprometidos e capacitados que entendam que nas cidades há pelo menos duas categorias de habitantes: aqueles que têm uma capacidade de influenciar as decisões públicas e aqueles que sempre estiveram fora do processo decisório. Esta divisão é simplificadora, mas favorece a compreensão de uma estratégia participativa que se dispõe a incorporar os habitantes que nunca se envolveram com as decisões sobre a cidade dentro de uma nova lógica de planejamento, de gestão e intervenção urbanística. (NUNES, 1999, p.188).

A autora nos mostra que as determinadas camadas sociais de maior influência política e econômica sempre decidiram e orientaram os avanços urbanos nos processos decisórios das cidades, onde se instauram as desigualdades sociais e a segregação urbana, levando infraestrutura a determinadas áreas beneficiadas. É, portanto, de fato regido por raízes de caráter autoritário e antidemocráticas. É a partir desta análise que se observa a necessidade de incorporar o poder de decisão e de participação nas demandas de suas cidades, aos habitantes. Que, em geral, pouco decidiram sobre os aspectos urbanísticos e avanços das cidades, advindos de uma sociedade marcada pelo processo segregacionista e divisão territorial por classes sociais.

Para que se possa desenvolver um processo participativo (como Nunes (1999) descreve: *Pedagogia Participativa*), - e que o mesmo atinja principalmente essas camadas sociais mais excluídas da sociedade - é preciso listar três problemas básicos

Gráfico 1 - Metodologia de Participação (KANER, 1996)



Fonte: blog <https://urbanidades.arq.br/>

que são bastante comuns dentro desse contexto:

- Os mecanismos, tanto de caráter objetivo, quanto subjetivo, que dificultam o envolvimento das pessoas pobres e de baixa escolaridade em processos participativos;
- As dificuldades de relação dialógica entre os animadores do processo (vindos provavelmente do corpo de funcionários municipais e da universidade) e os habitantes, pela tradição de relação hierárquica e de dependência entre povo e elite;
- As dificuldades do processo propriamente dito, que têm a ver com as duas anteriores, mas também com os conflitos que surgem com a consolidação de líderes e o amadurecimento dos grupos enquanto agentes ativos. (NUNES, 1999, p.118).

Como podemos observar, os mecanismos, entendido como métodos de aplicabilidade devem ser atenciosos com aqueles que têm baixa escolaridade e que não têm a prática dos processos participativos. Os diálogos entre a comunidade e os gestores/técnicos públicos deve ser de maneira simples e eficaz, não deixando nenhuma lacuna, abordando os temas de forma clara, direta e objetiva, para o entendimento de todos os envolvidos.

Sobretudo, é necessário também, incentivo à população para a capacitação de desenvolver em conjunto com as entidades locais o planejamento de suas áreas, contribuindo para uma produção eficaz do desenvolvimento participativo.

Os métodos e processos participativos são inúmeros, como já citado, cabe a cada gestor a elaboração de uma metodologia, sobretudo, encarregada a cumprir os deveres a respeito da eficácia da participação.

Uma metodologia que nos parece promissora e atenta a isso é utilizada por Kaner et al (1996), que faz uma abordagem sobre os métodos participativos. Autor do livro *Guia Facilitador para a Participação*⁵, Kaner é objetivo e faz uma abordagem ressaltando a sua metodologia, destacando suas etapas e algumas ferramentas a serem utilizadas nos processos participativos.

Para Kaner et al (1996) um processo participativo deve envolver 3 fases: Zona Divergente, Zona de Discussão e Zona Convergente. Analisaremos na Gráfico 1, um gráfico onde o autor nos mostra o processo a partir de uma nova discussão gerada para o entendimento de todo o seu processo.

Como pode-se observar, o gráfico mostra o início de um novo assunto, que ao passar pelo modo tradicional, segue pela primeira Zona: a Zona Divergente. Nesta zona, é necessário coletar todas as informações, sem se preocupar se elas estão associadas ou não, se elas dialogam entre si, ou se

5- Título original: "*Facilitator's guide to participatory decision-making.*" (Tradução nossa). Trata-se de um guia referência em relação a tomada de decisões participativas.

estão favorecendo uma maioria, esse é o ponto de partida, onde é necessário avaliar toda a sua complexidade e assim, estruturá-las para sua melhor compreensão. Nesta etapa se determina 3 atividades principais coletadas, segundo Saboya (2008):

Reconhecer o território, na qual os diferentes pontos de vista são coletados; buscar alternativas, na qual possíveis soluções não usuais são procuradas; e coletar pontos problemáticos, na qual deve ser estimulada a opinião acerca dos pontos mais ameaçadores com relação ao assunto que está sendo discutido. (SABOYA, 2008, p. 01).

Por tanto, é uma fase de diagnóstico participativo, partindo do princípio da coleta de dados para fins de entendimento dos participantes, tendo como papel estimular essas pessoas a pensarem sobre o assunto, suas necessidades, seus problemas, comparado a um esquema formato de *brainstorm*. Ampliando os conhecimentos das pessoas para possíveis ideias criativas no futuro.

A segunda é a Zona de Discussão que deve estabelecer o entendimento de todos e fortalecer a compreensão a diversos assuntos acerca dessa discussão.

O esforço deve ser no sentido de construir um entendimento compartilhado por todos, de forma que os diferentes pontos de vista possam ser entendidos, ainda que não haja concordância com relação a eles. Ela compõe-se de duas atividades: criação de um contexto compartilhado, na qual devem ser utilizadas dinâmicas que promovam o entendimento mútuo dos pontos de vistas dos participantes; e reforço dos relacionamentos, com vistas a fazer com que os participantes se conheçam melhor, facilitando assim a comunicação. (SABOYA, 2008, p. 01).

Essa etapa é considerada talvez a mais complexa, pois, com as supostas divergências é preciso entrar em consenso sobre as reflexões postas e sabê-las desenvolvê-las em atividades que não comprometam o entendimento de todos os partici-

pantes, é a fase onde são estabelecidos os pontos de vistas acerca dos assuntos abordados.

A terceira e última, Zona Convergente, segundo Saboya (2008):

Deve-se discutir as alternativas de forma que estas contemplem todos os interesses e preocupações envolvidos. As atividades que a compõem são: exploração de princípios inclusivos, em que alguns artifícios para incorporar os interesses nas alternativas são trabalhados; reenquadramento criativo, na qual deve ser feito um esforço para ver o problema sob um ponto de vista diferente; e reforço das boas ideias, na qual as soluções devem ser avaliadas e refinadas aos poucos para alcançar o melhor resultado possível. (SABOYA, 2008, p. 01).

Entretanto, chega-se na última zona, de caráter decisório, onde os esforços são somados para a integração e resolução dos assuntos discutidos anteriormente, chegando a sua possível finalização com as contribuições dos participantes, elaborando assim um modelo dentro do processo decisório, capaz de ser aplicado respeitando as alternativas criadas e avaliadas para se chegar num resultado democrático.

A metodologia dos planos, projetos e planejamentos participativos é, portanto, como pode-se observar, de caráter empírico, por apresentar no desenvolvimento de seu processo a necessidade de se debruçar sobre cada tema abordado e enfrentado pela sociedade, reflexo do diagnóstico participativo. Não se estabelece uma metodologia pelo fato de suas complexidades e características relacionadas ao contexto de cada área e de demandas dos usuários nunca serem as mesmas. Só se chega à um resultado satisfatório de projeto, plano ou planejamento participativo passando pela metodologia participativa e pelo diagnóstico participativo, levando em consideração as particularidades e situações de cada região.

4 A MULTIDISCIPLINARIDADE COMO UMA DAS CHAVES DO PROCESSO. A COLABORAÇÃO DO ARQUITETO URBANISTA NO DESENHO PARTICIPATIVO

Ao apresentarmos os conceitos sobre Participação, Participação em Projetos e Processos Participativos, as formas de suas aplicações resultantes das variadas contribuições à sociedade, suas metodologias e métodos possíveis abordados até o momento, fica o questionamento ao papel do Arquiteto Urbanista diante desse processo e no meio à tantas atribuições e demandas da sociedade: O Arquiteto Urbanista nesse caso seria um observador? Um articulador capaz de utilizar essas ferramentas em prol do equilíbrio e da equidade social, para que assim, pudéssemos chegar a um “acordo” de projeto? O papel mais importante do Arquiteto Urbanista dentro de uma metodologia participativa, ou talvez a chave para o bom desempenho, está muito mais conectado à sua percepção, ao entendimento do contexto em que cada caso é diagnosticado, e a aplicabilidade dos instrumentos citados anteriormente. Contribuindo com esse processo entende-se que o Arquiteto Urbanista tem a função de estabelecer e assegurar a efetiva participação da comunidade beneficiária no processo de participação nas decisões relativas às suas áreas. É um processo multidisciplinar, por perpassar a vários caminhos até chegar ao seu objetivo final.

A capacitação dessas pessoas para o entendimento da complexidade e das tarefas futuramente realizada é importante e faz parte do processo de implementação de cada caso estudado, contribuindo com o diagnóstico e o desenho participativo na atuação do Arquiteto Urbanista.

5 A PERCEPÇÃO DOS NOVOS OLHARES PARA O PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO

As “novas” percepções levadas em considerações desses espaços é de tal importância, pois sem ela, tudo o que se foi discutido aqui até o

momento seria em vão. A percepção desses novos olhares, ou seja, os olhares da comunidade e das pessoas que vivenciam, é o centro prioritário desse modelo de gestão.

O intuito dos Processos Participativos está focado na introdução de uma educação urbana e humana para essas pessoas, fomentando o conhecimento de suas próprias áreas e a garantia do poder de decisão beneficiando a todos. Trata-se de valores comunitários, conhecimento compartilhado e desenvolvimento urbano, uma gama de aspectos que mesmo visto como elementos básicos e de direitos humanos, muitas vezes são esquecidos ou deixados de lado em algum momento.

A importância dos novos olhares aos conhecimentos cidadãos, sobretudo aos planejamentos e projetos urbanos é de fundamental importância. É o desenho participativo que nos garante que essas pessoas, que usufruem do espaço, nos mostrem novas maneiras e visões para o entendimento dessa rede cheia de complexos elementos que devem ser incorporados para um resultado digno dos interesses coletivos. É preciso entender a necessidade dessas pessoas a partir do olhar das mesmas, pois, só é possível se aprofundar nos valores, desejos e prioridades de uma comunidade quando a ouvimos.

REFERÊNCIAS

ASCHER, F. **Novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BONDUKI, Nabil. **Habitat II. As práticas bem-sucedidas em habitação**, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2ª Edição, 1996.

CABANNES, Y. **Habitat II. As práticas bem-sucedidas em habitação**, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras: Mutirão 50: relato de uma experiência pioneira. São Paulo: Studio Nobel, 2ª Edição, 1996,

FIORILLO, C. A. P. **Estatuto da Cidade comentado: Lei 10.257/2001: Lei do Meio Ambiente Artificial**. São

Paulo: Editora Revista dos Tribunais, / 5ª. Edição, 2012.

KANER, S. et al. **Facilitator's guide to participatory decision-making**. Versão PDF. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.

LANA, S. M. **O arquiteto e o processo de projeto participativo**: o caso do RSV. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Minas Gerais, 2007.

MARICATO, E. **Habitat II**. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras: Contribuição para um plano de ação brasileiro. São Paulo: Studio Nobel, 2ª Edição, 1996,

NUNES, D. **Por uma pedagogia da participação popular**. Tese de doutorado apresentada ao Institut d'Ur-

banism de Paris, na Université Paris XII. França, 1999.

SABOYA, R. **Blog: Urbanidades. Guia do facilitador no planejamento participativo**. Santa Catarina, 28 de janeiro de 2008. Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/2008/01/guia-do-facilitador-no-planejamento-participativo/>>. Acesso em: 10 out.2018.

SABOYA, R. **Blog: Urbanidades. A importância da participação popular**. Santa Catarina, 1 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2014/01/a-importancia-da-participacao-popular/>>. Acesso em: 10 out.2018.

SCLAVI, M.; ROMANO, I.; GUERCIO, S.; PILLON, A.; ROBIGLIO, I.; TOUSSANIT, I. **Avventure Urbane**, Progettare la città con gli abitanti. Itália: Elèuthera, 2002.